



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 016, de 27 de fevereiro de 2024, de autoria do Excelentíssimo Prefeito Municipal, “*Acrescenta dispositivos ao Artigo 151 da Lei Municipal nº 3.373, de 30 de março de 2.016, e dá outras providências*”. (sic).

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e §2º. do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

VOTO DO RELATOR

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

Trata-se de projeto de lei que pretende alterar o texto da Lei Municipal 3.373/2016. Contudo, a lei em questão possui a peculiaridade de versar exclusivamente sobre regime jurídico próprio dos servidores da Câmara Municipal de Catalão, o que, a princípio, indica não ser possível sua alteração por projeto de lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, em razão do previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, a saber (destaque nosso):

Art. 37. [...]

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Saliente-se que tal dispositivo constitucional é literalmente reproduzido na Constituição do Estado de Goiás, em seu art. 92, inciso XI. Portanto, o projeto de lei em análise padece de vício de iniciativa em violação a normas constitucionais estadual e federal.

Sob o aspecto formal, portanto, a iniciativa da proposição não se coaduna com o caminho principiológico adotado pelo texto da Constituição Federal pois, incumbe a cada poder municipal, no âmbito de sua iniciativa, por meio de lei, fixar os valores correspondentes à retribuição a ser percebida pelos seus respectivos servidores, que, no exercício de sua independência administrativa, entenda adequados, observados, contudo, os limites constitucionais fixados.

Esse, inclusive, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal em situação análoga proposta à sua apreciação no Recurso Extraordinário 504.351/RS, julgado em 2014, relatado pela Ministra Carmem Lúcia, como se vê:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE DE LEI DE INICIATIVA DE CÂMARA MUNICIPAL ALTERAR A REMUNERAÇÃO DOS SEUS SERVIDORES. ALEGADA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA: INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (STF - RE: 504351 RS, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 02/05/2014, Data de Publicação: DJe-086 DIVULG 07/05/2014 PUBLIC 08/05/2014).

Destaca-se do voto da eminente Ministra Relatora o seguinte trecho:

Este Supremo Tribunal assentou ser competente o Poder Legislativo para fixar a remuneração dos seus servidores, observado o teto remuneratório previsto no art. 37, inc. XI, da Constituição da República. [...]

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Em outra decisão, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.599 (STF - ADI: 3599 DF, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 21/05/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 14/09/2007), o Ministro Relator assim se manifestou sobre a questão:

*A Constituição Federal, em seu art. 37, X, na redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, estabeleceu expressamente que a remuneração dos servidores públicos somente poderá se fixada ou alterada por lei específica, **observada a iniciativa privativa em cada caso** [...]. Esta situação distingue-se daquela situação que, já prevista na redação original da Constituição, estabelecia revisão geral anual, sempre na mesma data, e sem distinção de índices, para todos os servidores públicos.*

Assim, não há ofensa ao referido dispositivo, nem mácula ao art. 61, §1º, II, a, da Constituição pelo fato de as normas impugnadas serem de iniciativa das respectivas Casas Legislativas. É a própria Constituição, também após as alterações supramencionadas, advindas da Emenda Constitucional n. 19/1998, que lhes dá tal prerrogativa: (...) Por fim, também não há que se falar em ofensa ao princípio da separação de poderes, pois, conforme demonstrado, é a própria Constituição que estabelece as competências nesse âmbito.

Da mesma natureza interpretativa é a decisão do colendo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO no processo nº 14951/18, de consulta ao órgão, como se vê (destaques nossos):

CONSULTA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO. INICIATIVA DE LEI PARA INSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA. REQUISITOS E CONDICIONANTES. NATUREZA INDENIZATÓRIA DA VERBA. NÃO INCORPORAÇÃO. NÃO INCLUSÃO NO LIMITE DO ART. 29-A, § 1.º, DA CF/88 1. **O Poder Legislativo detém a iniciativa privativa para propositura de lei que institua o benefício do auxílio alimentação aos seus servidores públicos.** 2. Para a instituição válida e legítima do auxílio-alimentação, deverão ser observados condicionantes e critérios, dentre eles a previsão em lei de sentido estrito, previsão das situações que autorizam seu pagamento, respeito aos princípios da isonomia, proporcionalidade e razoabilidade, bem observância do art. 169, § 1.º, I e II da CF/88, bem como da LRF. 3. O auxílio-



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

alimentação tem caráter indenizatório, não se incorporando aos vencimentos para qualquer fim, nem se estendendo aos inativos.

Por todas as razões expostas, entende-se que a proposição sob análise tem vício de forma, uma vez que a iniciativa não pode ser do Prefeito Municipal, o que impede o seu prosseguimento para votação em Plenário.

CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, manifesta-se pela INCONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 016/2024 e determina-se o seu ARQUIVAMENTO, nos termos do § 1º, do art. 26, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Catalão.

Catalão (GO), 18 de março de 2024.

Vereador
Helson Barbosa de Sousa – Caçula
Relator

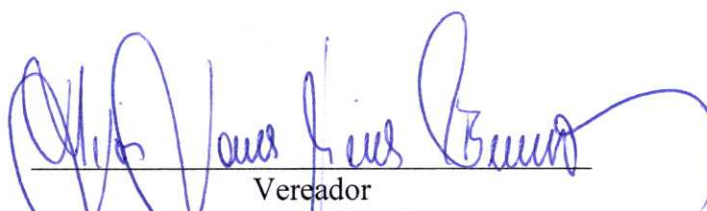


Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.



Vereador
Higor Gomes Pires Bueno
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

Vereador
Deusmar Barbosa da Rocha
Vogal